

# A urgente necessidade de reavaliar nosso modelo econômico

Paulo Afonso de  
Sampaio Amaral (\*)

Praticamente desde 1930, com o breve interregno do governo Castello Branco, o pensamento econômico oficial brasileiro tem gravitado numa órbita stalinista ou, se se quiser, Keynesiana.

Esse pensamento caracteriza-se por atribuir grande ênfase aos investimentos na infra-estrutura econômica e por confiá-la ao Estado, ao qual compete, segundo a ideologia dessa escola, o papel de agente principal do desenvolvimento econômico, contrapartida, nas economias subdesenvolvidas, do papel anticíclico que se lhe atribui nas avançadas.

Na perseguição desse modelo acabamos chegando à situação atual, em que o Estado brasileiro, por meio de suas estatais, controla os setores ditos básicos da economia: energia elétrica, petróleo, telecomunicações, siderurgia de planos, transporte ferroviário, portos e navegação de cabotagem.

Qual o balanço que se deve fazer dessa política, passados já tantos anos de sua contínua implementação?

Seria exagero dizer que é inteiramente desfavorável. Avançamos bastante na produção de petróleo e na expansão das reservas, adquirimos auto-suficiência no refino e construímos um parque petroquímico respeitável baseado nas centrais de matérias-primas estatais. Nossa capacidade de geração de energia hidroelétrica cresceu sensivelmente e dispomos hoje de um eficiente sistema de telecomunicações. Inscrevemo-nos também no rol dos grandes produtores de aço e, finalmente, nossa malha ferroviária está estagnada há anos, mas houve alguma modernização do sistema existente e o mesmo se pode dizer do sistema portuário e de navegação.

Mas agora vem a segunda pergunta que deve ser feita: quais as possibilidades de avanço desse bloco estatal de empresas que respondem pela operação e crescimento de um segmento vital da nossa econo-

mia, ou pelo menos quais são essas possibilidades, se se desejar, como deve ser, que elas sejam as mais indolores possíveis para a sociedade brasileira e para o restante da economia?

Para mim, a resposta é clara: poucas, muito poucas, porque todo o setor estatal da economia foi posto em xeque pela dívida, interna e externa.

Algumas das empresas estatais (Siderbrás, Eletrobrás, Nuclebrás) estão desestruturadas financeiramente e por um bom período de tempo não poderão cuidar de outra coisa senão recuperar sua sanidade financeira, que não poderá ser lograda só com suas próprias forças, mas exigirá o concurso direto dos cofres do Tesouro.

As demais (Petrobrás, Telebrás) estão bem financeiramente (a primeira arranhada ultimamente, porque atingida no contrapé das medidas antiinflacionárias do governo), mas o vulto dos investimentos que têm pela frente excede claramente a sua capacidade de autofinanciamento, que não pode ser suplementada significativamente por endividamento externo em razão da conjuntura atual.

Qual a consequência dessa situação? É a terceira

indagação que deve ser feita.

Ociosidade de nossa indústria de bens de capital sob encomenda que trabalha em proporção predominante para as estatais, débitos em atraso para com fornecedores de quase CZ\$ 3 bilhões, instabilidades na contratação e execução das encomendas, sujeita a atrasos, modificações e mesmo paralisação e, a pior de todas, as terríveis pressões inflacionárias que se desencadeiam sobre a sociedade brasileira.

Porque não deve haver dúvidas a esse respeito: se a inflação brasileira se propaga pela economia nacional via indexação generalizada, sua matriz originária é o déficit público derivado das fortíssimas pressões financeiras a que o Estado brasileiro se vê submetido em virtude das responsabilidades descomunais que lhe pesam sobre as costas. Além das funções tradicionais (educação, saúde, transportes), que por causa disso foram relegadas a um segundo plano, ainda tem de acudir as necessidades de novos investimentos na infra-estrutura econômica, acumulados com o pagamento da dívida decorrente dos investimentos feitos no passado.

Isso claramente excede suas forças e o resultado é

o arrocho tributário, os seguidos aumentos de tarifas que escorçam o consumidor brasileiro, as obras começadas e não terminadas, os atrasos, a moratória, o desequilíbrio monetário que ataca o organismo econômico nacional como um mal endêmico.

O que fazer para corrigir essa situação que espalha por todo o País uma crise que na verdade é só do setor público e só dele?

É necessário e absolutamente urgente reavaliar essa linha histórica de desenvolvimento que temos seguido, porque chegou ao fim, esgotou suas possibilidades de crescimento e não podemos continuar a trilhá-la, sob pena de mergulharmos este país em convulsões sociais e econômicas terríveis.

Está mais do que na hora de o Estado partilhar essas suas responsabilidades com outras forças econômicas, nacionais e estrangeiras, e recolher-se um pouco a si mesmo para curar suas feridas do passado recente de turbulência econômica que ele principalmente sofreu. Tirar de seus ombros a responsabilidade por prover os bilhões e bilhões de dólares que são necessários para atender aos investimentos em petróleo, siderurgia, energia elétri-

ca, telecomunicações, portos, ferrovias, navegação e dividi-la com o setor privado daqui e de fora, que conta com talento gerencial e dinheiro para fazer-lhes face.

Veja-se o recente exemplo de descoberta de petróleo em Urucu, uma notícia que nos deixou a todos satisfeitos. É um passo importante no caminho da nossa auto-suficiência, mas é quase certo que em breve estaremos pagando um valor a mais no preço dos derivados para atender aos investimentos que a Petrobrás estará fazendo na exploração da jazida amazônica.

Por que não poderia a estatal entregar a exploração, ou pelo menos dividi-la com uma outra empresa, nacional ou estrangeira, que assumiria parte do ônus dos enormes investimentos requeridos, aliviando a necessidade de custeá-los apenas através do preço e poupando assim a sociedade brasileira de pressões inflacionárias adicionais? A Petrobrás poderia cobrar um prêmio do explorador, ressarcindo-se assim do custo da prospecção.

O mesmo não poderia fazer a Telebrás, confiando, por exemplo, em regime de concessão, a exploração do serviço telefônico numa ci-

dade do interior ou então num bairro de uma capital a um particular?

É claro que algumas mudanças de concepção e mentalidade teriam de ser feitas. A primeira delas é a escala dos projetos: nada de Itaipus, Tucuruís, que excedem a capacidade de qualquer particular e, aliás, do próprio Estado brasileiro, haja vista a dívida imensa que se contraiu para sua construção.

A segunda é de crença política: desfazer o mito de que o Estado tudo pode e de que cabe a ele, e só a ele, este papel de fomento da atividade econômica. Na quadra presente de nossa vida econômica, ele tem sido ao contrário mais um foco de crises e desequilíbrios, do que promotor do nosso crescimento.

A terceira é aceitarmos uma taxa de crescimento, pelo menos por algum tempo, mais modesta. Crescer quanto podemos, não quanto queremos.

Com essas mudanças, acho que nos será possível iniciar uma nova etapa de desenvolvimento mais sólido, auto-sustentado e menos turbulento que o que temos ultimamente experimentado.

(\*) Diretor jurídico do grupo Villares.